

POLÍTICAS PÚBLICAS, A ATUAÇÃO DOCENTE E O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES: GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Emerson Roberto de Araujo PESSOA¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir a diversidade de gêneros e sexualidades no ambiente escolar. Por meio das discussões das Ciências Sociais mostramos algumas das interpretações sobre a cultura dos gêneros no decorrer da história ocidental e que podem servir como aliadas na desconstrução dos estereótipos sobre as masculinidades e feminilidades. Partindo da experiência como professor da Educação Básica no ano de 2011, a política institucionalizada vinculada pelos cadernos “Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas” produzido pelo Ministério da Educação, o guia “Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais” elaborado pela “Secretária de Políticas para as Mulheres e Sexualidade” da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, as discussões de gêneros e as teorias feministas foram utilizados como caminhos pedagógicos para contribuir na formação de uma educação emancipadora, assim como, no desenvolvimento de habilidades com relação à temática sobre diversidade sexual. Deste modo, notamos que a escola reproduz ainda consigo os preconceitos e estereótipos de gêneros e sexualidades, apesar dos inúmeros avanços que tivemos no decorrer do século XX no que concernem as políticas públicas em defesa dos direitos das mulheres, também, de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e as políticas que buscam promover o debate escolar sobre a pluralidade sexual.

Palavras-chave: Gêneros. Sexualidades. Educação.

Introdução

No ambiente escolar que temos o primeiro contato com a diversidade de indivíduos, a educação neste sentido deve dar resposta as diferenças encontradas em sala de aula, educando alunos e alunas em uma perspectiva compreensível quanto às diferenças de gêneros e de sexualidade. Esta discussão é patente para a educação de meninos e meninas, para a formação de uma sociedade com igualdade de gênero e livre de preconceitos quanto à diversidade sexual. As Ciências Sociais podem ser o caminho para a solução destes problemas, desnaturalizando preconceitos e elaborando uma nova abordagem para as diferenças de gêneros e sexualidades.

Os estudos sobre gêneros e sexualidades no decorrer de sua consolidação na área de Ciências Humanas problematizaram fortemente a naturalização de papéis femininos e

¹ Faculdade de Cultura e Educação de Vilhena. Vilhena – RO – Brasil. 76980-000 - emerpeessoa@yahoo.com.br

masculinos. A conhecida frase de Simone de Beauvoir (1949, p.9): “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, foi o início do estopim para inúmeros questionamentos sobre papéis sociais relacionados aos sexos e as sexualidades. As lutas feministas travadas no início da década de 60 possibilitaram não somente a entrada da mulher no mercado de trabalho, mas também, problematizou a hierarquização existente entre os sexos, trazendo avanços para as vidas das mulheres e grupos que não se enquadram na fixidez proposta pela nossa cultura machista. Porém, ainda é “[...] constante reiteração de sua identidade “feminina” atrelada à domesticação de seus corpos, em torno da moda, beleza, culinária, maternidade e seus corolários.” (PARANÁ, 2009, p.128).

Para as Ciências Sociais e Humanas o conceito de gênero é a construção social de papéis que os indivíduos atribuem ao sexo biológico, partindo da premissa que existem machos e fêmeas na natureza humana. No entanto, as maneiras de ser homem e ser mulher são construídas no âmbito da cultura. Desta forma, gênero significa que o homem e a mulher são frutos de sua realidade social e não da anatomia dos seus corpos.

Neste sentido, as Ciências Sociais têm papel fundamental para a desnaturalização dos papéis de gênero, demonstrando que o que consideramos como atributos, modos de agir, falar e pensar relacionado aos papéis masculinos e femininos, é construído diariamente nas relações sociais e são influenciados por fatores sociais, culturais e históricos. Deixando claro que

[...] a sexualidade e suas formas de expressão são produções humanas e, como tais, estão sujeitas a uma série de determinantes socioeconômicos. Assim, as desigualdades de direito e de fato que observamos quando falamos de mulheres e homens são produções históricas, e, portanto, passíveis de mudanças. (PARANÁ, 2009, p.6).

As Ciências Sociais por meio dos trabalhos de Malinowski (1973), Mauss (1974), Engels (1980) e Bourdieu (2010), elucidaram as discrepantes diferenças dos papéis de gêneros, as relações entre os sexos e a própria sexualidade em diversas sociedades.

[...] o estudo de outras culturas, a partir da antropologia e da história, foi mostrando as diversas mudanças de um momento para outro, de um povo para outro e também as diferenças dentro de uma mesma cultura. Mostrou também que as relações pessoais, a família e o sexo são elementos construídos de acordo com a economia, o tipo de trabalho, a tecnologia, a religião e a ciência. (FARIA, 1998, p.11).

Sendo a escola um lugar de apropriação do conhecimento humano ela deve elucidar e problematizar as relações existentes em nossa sociedade, demonstrando que a forma que vivenciamos estas características humanas, são sempre desenvolvidas por meio de um contexto social, que tendem a transformar o posicionamento sobre certos conceitos em discursos normativos, trazendo desta forma a desigualdade e o preconceito. “A sexualidade, como outros saberes, não é dada ou ‘natural’, mas sim construída por sociedades que possuem intencionalidade nessa construção” (PARANÁ, 2009, p. 17).

Porém, sabemos que trabalhar tal temática em sala de aula não é algo fácil, requer uma sensibilidade e uma maturidade teórica que nem sempre todos os professores dispõem. Neste sentido, por meio deste artigo elencaremos apontamentos sobre como trabalhar tal temática em sala de aula? Quais os principais desafios a serem enfrentados? A escola está realmente preparada para abordar gênero e sexualidade no seu currículo? Como desmistificar a sexualidade em sala de aula?

Metodologia

Partindo das experiências como professor das disciplinas de Sociologia e Ensino Religioso em Maringá-PR, no período de março a agosto de 2011, registramos os diálogos estabelecidos e as interrogações dos alunos referentes aos temas de gênero e sexualidade em um caderno de campo. Após este processo e embasado pelos materiais “Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas” (BRASIL, 2009b), produzido pelo Ministério da Educação, o guia “Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais.” (BRASIL, 2009a) elaborado pela “Secretária de Política para as Mulheres e Sexualidade”, produzido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, elaboramos alguns caminhos para responder as inquietações relacionadas às diferenças entre os gêneros e sexualidades a partir de uma visão culturalista.

O material didático “Diversidade Sexual na Educação” foi produzido com o objetivo de promover diretrizes e orientações pedagógicas para o respeito às pluralidades sexuais e às identidades de gênero, os efeitos da homofobia e suas relações com outros tipos de discriminação. Composto por artigos de pesquisadores brasileiros, o livro problematiza a padronização dos corpos, gêneros e sexualidade no contexto social e escolar. Por meio das Teorias Feministas, Estudos *Queer* e clássicos da Ciências Humanas e Sociais, o material

apresenta análises que colaboram para a compreensão da heteronormatividade, homossexualidade, travestilidade e transexualidade.

O guia “Gênero e Diversidade na Escola” é resultado do projeto-piloto do Governo Federal com o mesmo título do livro ofertado no ano de 2006, aplicado nas cidades de Porto Velho, Salvador, Maringá, Dourados, Niterói e Nova Iguaçu, com o objetivo de possibilitar a formação continuada de professores no que concerne às relações de gênero, étnico-raciais e a diversidade de orientação sexual. O material apresenta as discussões teóricas que fizeram parte da formação dos professores e é dividido nos seguintes módulos: “Diversidade”, “Gênero”, “Sexualidade e Orientação Sexual” e “Raça e Etnia”.

Por último, o material didático “Sexualidade” (PARANÁ, 2009), desenvolvido pelo Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do Paraná, discute as questões de gênero, doenças sexualmente transmissíveis, educação sexual e temas correlatos em uma abordagem transdisciplinar, no intuito de proporcionar à comunidade escolar a interpretação crítica, o relativismo e o entendimento de determinantes históricos referentes ao tema da sexualidade. Neste sentido, as experiências adquiridas em sala de aula, juntamente com os materiais didáticos institucionais, foram utilizadas como guias na elaboração deste artigo com o objetivo de colaborar para o desenvolvimento das habilidades docentes referentes aos temas de gênero e sexualidade.

Gênero na escola

Berenice Bento (2004), afirma que todos nós somos operados pelos gêneros desde que nascemos. Segundo a autora, a notícia do sexo do bebê pela mãe é acompanhada pela criação de expectativas e imagens de gênero. Por exemplo, se o sexo do bebê é masculino, pressupõe-se que será um menino vai gostar de carrinhos, de bolas e que a cor preferida será o azul; se for menina gostará de bonecas, de brincar de ser dona-de-casa, de mamãe e de professora e que a cor preferida será o rosa. Em suma, o que Bento pretende dizer com esses exemplos, é que quando o corpo da criança sair do ventre materno:

[...] já carregará um conjunto de expectativas sobre seus gostos, seu comportamento e sua sexualidade, antecipando um efeito que se julga causa. A cada ato do bebê a/o mãe/pai interpretará como se fosse a ‘natureza falando’. Então, pode-se afirmar que todos já nascemos operados pelos

gêneros, que todos os corpos nascem ‘maculados’ pela cultura. (BENTO, 2004, p.125).

O aluno ao adentrar o ambiente escolar, carrega consigo estes fundamentos explicitados por Bento, trazendo uma concepção naturalizada. Este modelo é passado nas primeiras relações que estabelecemos, portanto, a sociedade é que determina como devemos nos comportar e quais são os nossos limites. Assim sendo:

[...] se os seres humanos se comportassem unicamente a partir de seus impulsos biológicos, se as condutas consideradas masculinas e femininas fossem espontâneas, naturais e predeterminadas, não seria necessário educar tão cuidadosamente todos os aspectos diferenciais; bastaria deixar que a natureza atuasse por si mesma. (MORENO, 1999, p.28-29).

Desconstruir estes conceitos existentes desde o nascimento e tão arraigados em nossa cultura não é algo fácil, o professor deve ter domínio da teoria, ao mesmo tempo que tenha a capacidade de trazê-la para a realidade do aluno. A teoria antropológica pode servir para elucidar diferenças e similitudes entre a nossa sociedade e sociedade distintas, traçando maneiras heterogêneas de como viver os gêneros e as sexualidades. De modo, fazer “[...] aceitar a idéia de que cada cultura estabelece, em diferentes tempos, quais são as formas aceitáveis e permitidas de se obter prazer sexual, a quem este prazer está facultado, e o que ou quem pode ser colocado como foco de nossos desejos eróticos e afetivos ‘normais’.” (PARANÁ, 2009, p.83).

Esta compreensão de natural muitas vezes não é somente uma visão dos alunos, mas inclusive de professores e corpo pedagógico, o que faz excluir “[...] o caráter de construção das identidades sociais, da multiplicidade, da provisoriedade e da contingência do humano, bem como dos aspectos históricos, sociais, culturais e políticos que envolvem a produção dos discursos em educação.” (PARANÁ, 2009, p.85). Portanto, abordar as diferenças de gênero sempre de um ponto de vista crítico com relação as desigualdades é necessário para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Através de processos culturais, definimos o que é – ou não natural; produzimos e transformamos a natureza e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Neste sentido, os corpos ganham significados socialmente (LOURO, 2007). As inscrições de gênero masculino e feminino nos indivíduos, as possibilidades de viver a sexualidade, a maneira de expressá-la, são socialmente estabelecidas e codificadas por uma ideologia dominante. Portanto, as

identidades de gênero e sexuais são compostas e definidas por relações sociais que são formadas por redes que implicam poder.

Um exemplo claro deste processo de poder, pode ser notado por meio das análises de Duby (1989) sobre a formação e as funções dos sexos dentro do âmbito familiar no desenvolvimento da história da sociedade ocidental. Na idade média, tendo em vista que os pressupostos da Igreja influenciavam diretamente as relações sociais, a relação entre marido e mulher deveria ser hierárquica: o homem teria o poder de sujeitar a mulher que lhe é confiada através do casamento, e esta deveria ao homem que tem poder sobre ela, a reverência. Logo, a ação feminina, na Idade Média, estava ligada à procriação, ao nascimento, ao cuidar dos filhos e da casa (DUBY, 1989). Vale ressaltar que esses pressupostos eram legitimados pela própria sociedade, a igreja não os impunham simplesmente. Na dinâmica social esses valores impostos estavam colocados e faziam sentido para a maioria da população.

Regido por esses princípios do cristianismo, o casamento tinha por missão a construção de alianças entre grupos familiares e a garantia da reprodução da espécie. O casamento era monogâmico e indissolúvel, e qualquer prazer sexual era definido como vil e pecaminoso. Dos séculos XVI ao XIX surge uma nova forma de sociabilidade familiar, mais presente na aristocracia e na burguesia. A família volta-se para a socialização amorosa das crianças, priorizando a intimidade do casal e seus filhos em detrimento dos vínculos de amizade e vizinhança. Ocorre uma maior preocupação com a educação das crianças, estas passam a serem valorizadas de uma forma nunca antes imaginada, não mais como adultos em miniaturas, cabendo aos pais transmitir valores, hábitos, e tradições socialmente dominantes. Agora os pais têm uma preocupação de vigiar seus filhos mais de perto, de não abandoná-los, mesmo que temporariamente os deixem aos cuidados de outra família (DUBY, 1989).

No século XX é idealizado um modelo de família formado por um homem provedor e uma mulher afetuosa que se amam, que são casados civil e religiosamente, que tem pelo menos dois filhos, de preferência um casal (DUBY, 1989). No entanto, no meio deste século a mulher adentra o mercado de trabalho, o crescimento da economia traz mais liberdade financeira e individual, os casamentos tornam-se instáveis e os modelos de família modificam-se a mulher torna-se tutora do lar.

A literatura das ciências sociais sobre família desde a década de 70 tem demarcado a diversidade das estruturas e as configurações familiares no decorrer do século XX, “[...] demonstrando a imensa plasticidade dos grupos domésticos e as múltiplas possibilidades de

organização da reprodução biológica e social em uma mesma sociedade.” (MELLO, p.29, 2005).

Nas últimas décadas a nova divisão do trabalho, entre homens e mulheres e entre jovens e adultos, vem contribuindo para a alteração de poder intra-familiares. No final dos anos 70 explicitou-se que muitas vezes a família é um espaço de violência, de lutas, e conflitos diversos, em decorrência da predominância de estruturas e lógicas hierárquicas e não igualitárias, em termos de gênero e geração. Porém, a idéia de que a família é destinada a proteger o indivíduo contra as adversidades do mundo exterior parece inquestionável (MELLO, 2005).

As transformações da garantia formal dos direitos e deveres entre homens e mulheres, inclusive no âmbito familiar, a inserção cada vez maior das mulheres no processo de escolarização e no mercado de trabalho, uma maior e mais explícita valorização do corpo e da sexualidade, a luta contra a opressão de gênero e por orientação sexual desencadeada pelo Movimento Feminista nos anos 60 e pelo Movimento Homossexual principalmente nas décadas de 80, 90, vêm trazendo mudanças significativas quanto à forma de olhar e sentir as relações sociais.

Embora, um modelo idealizado da família alicerçada em elementos cristãos, burgueses, ainda seja hegemônico, desdobramentos políticos da diversidade de arranjos familiares já começaram a se sentir na sociedade brasileira (MELLO, 2005). Como é possível notar neste processo histórico, os papéis referentes a homens e mulheres são modificados de acordo com o desenvolvimento da própria cultura ocidental, porém alguns aspectos, principalmente o machismo, o sexismo e a homofobia, continuam fortemente ligados a nossa sociedade.

Contudo, ressaltamos que abordar tal temática não é fácil, os papéis fixos relacionados aos gêneros estão presentes em todo o âmbito social, inclusive nos materiais pedagógicos. Martins e Hoffmann (2007) ao analisar os livros didáticos demonstraram que tal problemática é retratada de forma a reproduzir a estrutura dominante, o que se nota é que os livros veiculam uma divisão sexual do trabalho pautada na associação entre sexo e competências. Embora pesquisas recentes realizadas pelo IBGE, demonstrem que a mulher vem ocupando principal papel na renda dos lares e um maior número delas no mercado de trabalho, o salário feminino continua inferior, inclusive quando desempenha a mesma função do homem. O que se observa na sociedade contemporânea é uma transformação no trabalho feminino, antes voltado somente para o lar.

No entanto, Martins e Hoffmann (2007) ao mapear os papéis de gênero nos livros didáticos destacam que os gêneros são representados ainda de forma tradicional. O homem é ilustrado como o “[...] provedor do lar, típico pai de família, pouco participativo, que define e executa tarefas convencionalmente masculinas.” (MARTINS; HOFFMANN, 2007, p.14), a mulher é vista como a passiva, que realiza tarefas domésticas, é sempre meiga e prestativa.

Portanto, os educadores têm a possibilidade de reforçar ou destruir preconceitos e estereótipos de gêneros. O aprendizado escolar constrói indivíduos. Assim sendo, para que ocorra uma igualdade de gênero devemos estar atentos aos processos educacionais, de modo, a denunciar, problematizar, discutir e transformar as ações educacionais distintas para meninos e para meninas.

Sexualidade e Escola

A sexualidade tem papel fundamental neste processo de cristalização dos gêneros, já que para o senso comum, o sexo biológico determinaria o gênero e em consequência também a sexualidade, pautada sempre na heterossexualidade compulsória, em um efeito que significa causa. Ou seja, se a criança é mulher, vai desempenhar um gênero dito como feminino, vai desejar homens, tendo como fim a reprodução da família patriarcal.

Na sociedade contemporânea, o gênero está diretamente ligado à heterossexualidade, pois logo que a criança nasce é educada/disciplinada para adquirir o gênero “correto”. A partir daí, para estar dentro dos padrões, ela obrigatoriamente tem que se sentir atraída por uma pessoa do sexo oposto. (PARANÁ, 2009, p.20).

Para Foucault (1988) a sexualidade é o meio pelo qual os indivíduos vivenciam seus sexos, definida como os desejos, práticas e prazeres sexuais produzidos pelo saber e pelo poder. O autor salienta que a sexualidade é um dispositivo histórico pelo qual os sexos adentrariam um sistema de utilidade e regulação social, operando por meio de discursos e práticas sociais.

Na experiência em sala de aula lecionando as disciplinas de sociologia e ensino religioso e nas conversas trocadas com colegas ficou visível que a educação sexual ensinada nas escolas é pautada em uma visão higienicista, que se preocupa apenas com os riscos da vida sexual (gravidez e DST),

[...] sem levar em conta as condições sociais e estruturais que definem as posições de poder (e de hierarquia) no âmbito das práticas de gênero e de sexualidade; e sem problematizar as formas pelas quais as diferentes culturas representam as masculinidades e as feminilidades hegemônicas, o amor e o prazer sexual. (PARANÁ, 2009, p.86).

A sociologia deve então, ser capaz de abordar esta temática levando em consideração outros fatores, além deste olhar biologizado, desenvolvendo o senso crítico dos alunos e denunciando as redes de poder instauradas pela difusão do machismo. O que temos visto ultimamente

[...] consolidar-se uma visão segundo a qual a escola não apenas transmite ou constrói conhecimento, mas o faz reproduzindo padrões sociais, perpetuando concepções, valores e clivagens sociais, fabricando sujeitos (seus corpos e suas identidades), legitimando relações de poder, hierarquias e processos de acumulação. (BRASIL, 2009a, p.14).

Esta visão biologizada não acompanha apenas as discussões em sala de aula, mas está presente também nas relações sociais que os alunos estão envolvidos. O sexo biológico em nossa sociedade assume papel definidor, pois o corpo biológico é relacionado ao político ao definir um comportamento dito como “normal”. Esta relação entre sexo e sexualidade cria uma inteligibilidade para a nossa cultura e produz identidades. “A genitália, assim, torna-se causa de uma sexualidade paradigmática, da heterossexualidade reprodutiva, cujo ônus recai, principalmente, sobre as mulheres.” (PARANÁ, 2009, p.124).

Porém, não são apenas as mulheres que sofrem com o machismo presente em nossa sociedade, os próprios homens são colocados em um esquema de afirmação da masculinidade a todo o momento, onde:

[...] os processos de constituição de sujeitos e de produção de identidades heterossexuais produzem e alimentam a homofobia e a misoginia, especialmente entre os meninos e os rapazes, para eles, o ‘outro’ passa a ser principalmente as mulheres e os gays e, para merecerem suas identidades masculinas heterossexuais, deverão dar mostras contínuas de terem exorcizado de si mesmos feminilidade e a homossexualidade. (LOURO, 1997, p.82).

Tal processo gera um ciclo vicioso pautado, na violência simbólica e em uma relação entre meninos de pouco contato físico (com exceção na prática de esportes) e a destruição de qualquer laço afetivo que tenha qualquer semelhança com características femininas. Deste modo, os meninos são continuamente inseridos em uma vigilância e avaliações para reafirmarem constantemente suas sexualidades heterossexuais, buscando aprovação dos outros homens (NASCIMENTO, 2004).

A educação nesse contexto é central para a desconstrução de valores naturalizados para os gêneros e para as sexualidades. Assim sendo, as leis não surtirão efeitos enquanto não ocorrer uma mudança nas mentalidades e nas práticas sociais. Está é a principal importância de ações que discutam questões sobre gêneros e sexualidades em sala de aula, contribuir para a eliminação do preconceito (BERNARDO, 2009).

A secretaria de educação do Estado do Paraná, por meio do núcleo de gênero e diversidade sexual afirma que:

[...] é importante que as/os profissionais da educação colaborem para uma escolarização que tenha como fundamento a valorização da diversidade, em busca de uma prática social que inclua os sujeitos históricos com igualdade de oportunidades e não que privilegie, como vem acontecendo, referenciais etnocêntricos, heterossexistas, machistas, homofóbicos, racistas, elitistas. (PARANÁ, 2009, p.22).

Louro (1997, p.64) faz um adendo importante com relação às práticas dos professores em sala de aula, segundo ela devemos “estar atentos/as, sobretudo, para nossa linguagem procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela freqüentemente carrega e institui”.

Quando se assume a postura de que a sexualidade esta no domínio da cultura e não devem ser consideradas como “naturais” será possível superar as contradições decorrentes de uma percepção dicotomizada sobre o fenômeno das identidades sexuais. Assim, ao relacionar os sistemas classificatórios à sexualidade tem-se que os incluídos são os heterossexuais e os excluídos são os homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais. “A heteronormatividade masculina, branca e de origem européia nega a igualdade ao se impor como normal, regular. Diferenças existem sim e são a partir delas que as identidades da outra pessoa são construídas e os diferentes grupos fazem-se perceber no mundo” (PARANÁ, 2009, p. 22).

Deste modo, compreende-se a sexualidade em uma perspectiva social, histórica e cultural e não sob uma perspectiva estritamente biológica é romper com preconceitos sociais e hegemônicos.

Frente aos atuais desafios do campo da educação em saúde, parece não haver mais lugar para adotarmos ‘modelos’ educacionais corretos, acabados e inquestionáveis; precisamos investir em processos educativos que permitam problematizar e desnaturalizar certas verdades e crenças, possibilitando-nos pensar e viver de forma valorizada diferentes configurações e arranjos sociais (PARANÁ, 2009, p.88).

A educação assim é responsável e de suma importância para a consolidação de novas formas de socialização, para não contribuir com a discriminação e os preconceitos contra as mulheres, sexualidades ditas como desviantes e todos aqueles que não correspondam ao ideal de masculinidade e feminilidade dominante. Por fim, apesar das dificuldades de discutir gênero e sexualidade, a escola deve ser um espaço na produção de novos padrões de conhecimento, “[...] sobretudo se forem ali subvertidos ou abalados valores, crenças, representações e práticas associados a preconceitos, discriminações e violências de ordem racista, sexista, misógina e homofóbica” (BRASIL, 2009a, p.36).

Considerações Finais

Como foi possível notar, a escola reproduz ainda consigo os preconceitos e estereótipos de gêneros e sexualidades do interior de nossa sociedade, apesar dos inúmeros avanços que tivemos no decorrer do século XX. As mulheres, homens que não se adequam as normas de gênero e pessoas com sexualidades vistas como “minoritárias”, ainda sofrem inúmeros preconceitos no ambiente escolar e fora dele. Porém, a escola ainda é um espaço de suma importância na construção de novos valores, mesmo com as dificuldades encontradas na prática docente. A escola deve ser local de fundamental importância para novos modelos de socialização e destruição de estereótipos e preconceitos.

O professor(a) de sociologia deve estar atento a esta realidade, fazendo discussões que extrapolem uma visão biologizada das sexualidades e dos gêneros, desnaturalizando estes conceitos e demonstrando que somos sujeitos pertencentes a um espaço e uma realidade social, que fabrica normas, verdades e colocam limites para viver estas características humanas. Ao

promover uma abordagem que ressalta o social, histórico, cultural, desenvolvendo atividades, discussões que promovam uma maior elucidação sobre estes conceitos e promovam uma nova visão sobre as diferenças; o educador estará contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e livre dos preconceitos de gênero e das plurais sexualidades.

PUBLIC POLICIES, THE EDUCATIONAL PERFORMANCE AND SKILLS DEVELOPMENT: GENDER AND SEXUALITY IN BASIC EDUCATION

Abstract: This article aims to discuss the diversity of sexualities and genders in the school environment. Through discussions of Social Sciences we showed some of the interpretations about the culture of genres throughout Western history and which can serve as allies in the deconstruction of stereotypes about masculinity and femininity. Based on the experience as a teacher of Primary Education in the year of 2011 and the institutionalized politic bound by books "Sexual Diversity in Education: problematizations on homophobia in schools", produced by the Ministry of Education, the guide "Gender and Diversity in Schools: training teachers in gender, sexuality, sexual orientation and ethnic-racial relations" prepared by the "Secretary of Policies for Women and Sexuality" of State Department of Education of Paraná, discussions of gender and feminist theories were used as pedagogical ways to contribute to the formation of emancipatory education as well as in the development skills related to the subject of sexual diversity. Thus, was noted that the school can still reproduces the prejudice and stereotype of gender and sexuality, despite the many advances we have had in the course of the twentieth century in which concern public policies in defense of women's rights, also of lesbians, gay, bisexual, transgender and policies that seek to promote scholarly debate about sexual plurality.

Keywords: Genders. Sexuality. Education.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1949.

BENTO, B. Performances de gênero e sexualidade na experiência transexual. In: LOPES, D. et al. (Org.) **Imagem e diversidade sexual: estudos da homocultura**. São Paulo: Nojosa, 2004. p.125-132

BERNARDO, Erick Vladevino; MOURA, Wanessa Menezes de; LEITÃO, Ivan Pereira. **A importância do curso gênero e diversidade na formação de professores e professoras no município de Tabira – PE**. 2009. Disponível em: <<http://www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/R0944-1.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Rogério Diniz Junqueira (Org.). Brasília: UNESCO, 2009a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro. CEPESC; Brasília: SPM, 2009b.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2010.

DUBY, G. **Idade Média, idade dos homens**: do amor e outras histórias. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

ENGELS, Friedrich. **A origem da propriedade da família e do estado**. Lisboa: Presença, 1980

FARIA, Nalu (org). **Sexualidade e gênero**: uma abordagem feminista. São Paulo: SOF (Sempreviva Organização Feminista), 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 13.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1988. v.1.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Sexo y repressão na sociedade selvagem**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MARTINS, Eliecília de Fátima; HOFFMANN, Zara. **Os papéis de gênero nos livros didáticos de ciências**. 2007. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/ensaio/v9_n1/os-papeis-de-genero-nos-livros-didaticos-de-ciencias-eliecilia-m-e-zara-h.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2008.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. p.211-233

MELLO, Luiz. **Novas famílias, conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. (Sexualidade, gênero e sociedade). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=774&id_pagina=1. Acesso em: 2 dez. 2009.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina**: o sexismo na escola. Campinas: Moderna, 1999

NASCIMENTO, Marcos. (Re)pensando as “masculinidades adolescentes”: homens jovens, gênero e saúde. In: UZIEL, Anna Paula; RIOS, Luís Felipe; PARKER, Richard G. (Org.). **Construções da sexualidade**: gênero, identidade e comportamento em tempos de Aids. Rio de Janeiro: Pallas, 2004. p.105-113

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. **Sexualidade**. Curitiba, 2009.